



2.3. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

SUMÁRIO

2. Gerenciamento de Riscos	3
2.3. Política de Gerenciamento de Risco Operacional	3
2.3.1. Objetivo.....	3
2.3.2. Organograma.....	4
2.3.3. Papéis e Responsabilidades.....	4
2.3.3.1.Diretoria Executiva	4
2.3.3.2.Diretor responsável pelo Gerenciamento Contínuo de Risco	5
2.3.3.3.Conselho Fiscal	5
2.3.3.4. Gerente	5
2.3.3.5. Financeiro e Atendimento.....	5
2.3.3.6. Compliance (atividade exercida pela gerência)	6
2.3.3.7. Auditorias (Cooperativa e Interna).....	6
2.3.3.8. Ouvidoria e Canal de Denúncias - Serviço prestado pela FNCC	6
2.3.4. Definição	6
2.3.5. Gerenciamento de Risco Operacional.....	7
2.3.6. Tipos de Riscos Operacionais	8
2.3.7. Registro das Perdas	9
2.3.8. Indicadores de Risco	10
2.3.9. Monitoramento.....	10
2.3.10. Indicadores Básicos	10
2.3.11. Considerações Finais	11
2.3.12. ANEXO I – Formulário Registro de Perdas.....	12
2.3.13. ANEXO II – Detalhamento Indicadores de Risco.....	13

2. Gerenciamento de Riscos

2.3. Política de Gerenciamento de Risco Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril – **COOPERBOMBRIL** desenvolveu essa política de forma compatível com o modelo de negócio, com a natureza das suas operações e com a complexidade dos serviços, atividades e processos. A Diretoria Executiva definiu que a política deve ser proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela própria cooperativa ao que tange seu volume de operações, complexidade de suas atividades e seus serviços.

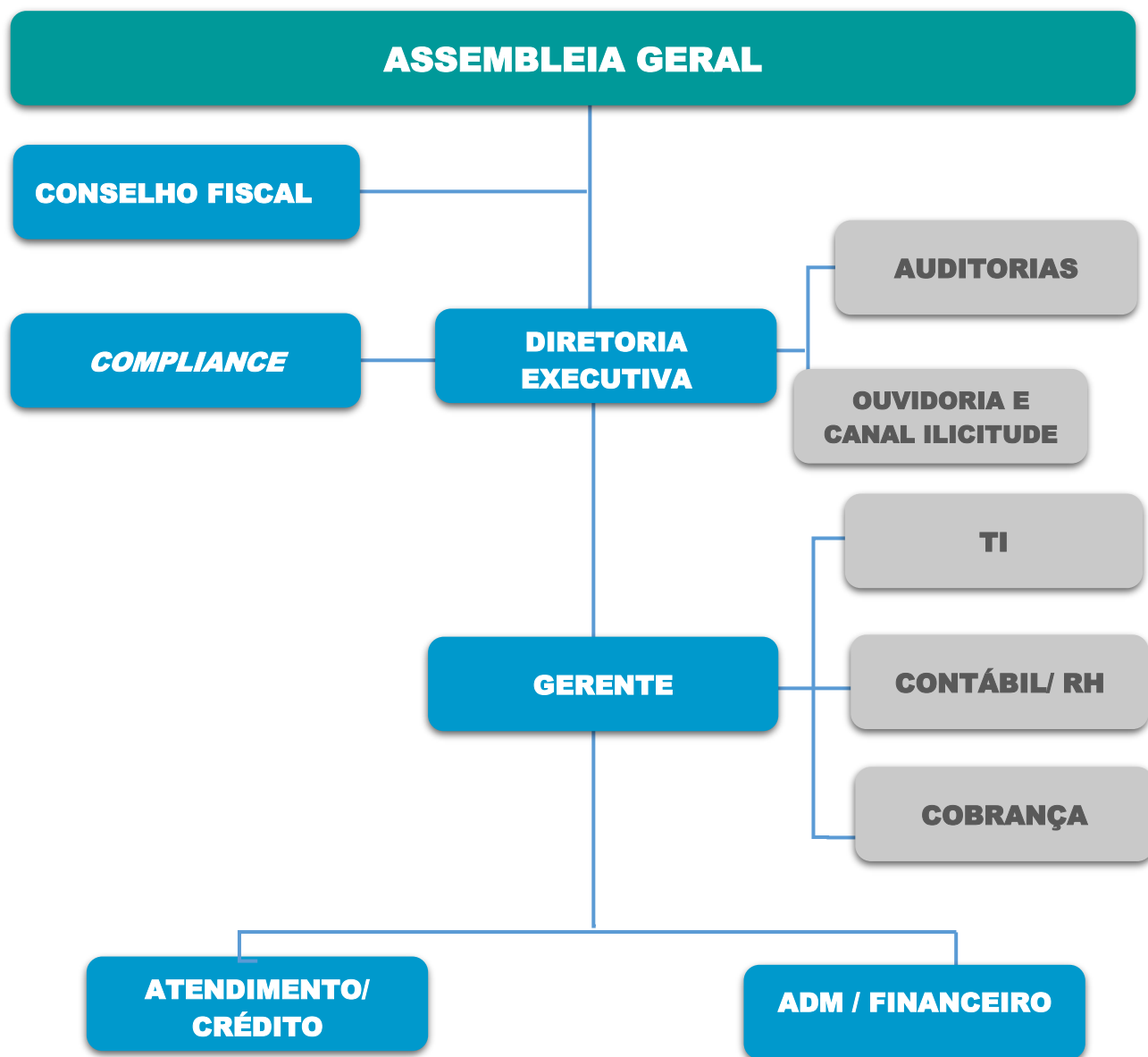
A política de gerenciamento de risco operacional busca o enquadramento das atividades diante das diretrizes básicas e o controle de riscos operacionais, ressaltados na resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.606/17.

2.3.1. Objetivo

O objetivo deste documento é orientar a administração da **COOPERBOMBRIL** à:

- i. Minimizar a ocorrência de riscos operacionais, estabelecendo, didaticamente, conceitos e métodos de controle. Além de atenderem as exigências legais, tais controles devem ser entendidos como uma oportunidade de melhoria nos parâmetros de mercado, nos padrões éticos de controle, transparência e de informações.
- ii. Manter o acompanhamento dos indicadores básicos que apresentarão as variações com vistas a contribuir na mitigação de riscos. Trata-se de um monitoramento básico visando a tomada de ações pela Diretoria Executiva nos indicadores que apresentarem índices insatisfatórios. O monitoramento dos riscos permitirá a **COOPERBOMBRIL** acompanhamento de seus resultados dentro de níveis aceitáveis de exposição ao risco além de contribuir com o alcance das responsabilidades da Diretoria Executiva. Tudo isso com o propósito de mitigar as vulnerabilidades às quais a **COOPERBOMBRIL** está sujeita, sempre considerando seu porte e complexidade de operações.

2.3.2. Organograma



Legenda: **Terceiros**



2.3.3. Papéis e Responsabilidades

2.3.3.1. Diretoria Executiva

- i. assegurar a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os empregados e dos prestadores de serviços terceirizados relevantes, conhecer e praticar as diretrizes desta política.

2.3.3.2. Diretor responsável pelo Gerenciamento Contínuo de Risco

- i. supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura gerenciamento de gerenciamento de risco operacional, e garantir seu aperfeiçoamento;
- ii. tomar ciência dos resultados das auditorias e regularizar os apontamentos contidos nos relatórios que possam afetar o risco operacional; e
- iii. acompanhar os resultados do relatório de gerenciamento de risco operacional - Indicadores.

2.3.3.3. Conselho Fiscal

- i. Exercer papel conforme atribuições contidas no estatuto social, fiscalizando as ocorrências sobre riscos operacionais.

2.3.3.4. Gerente

Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional no âmbito das áreas/processos sob sua gestão, abrangendo:

- i. Cumprir as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco operacional;
- ii. Preparar e aprovar o Registro de Ocorrências / Perda Operacional caso ocorram;
- iii. Comunicar o Registro de Ocorrências / Perdas Operacionais relevantes para ciência da Diretoria Executiva para tomada de providências, quando aplicáveis;
- iv. Adotar de medidas preventivas e corretivas para mitigação de riscos operacionais decorrentes das atividades internas sob sua supervisão e de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição;
- v. Elaborar e aprovar o Plano de Continuidade com o suporte do Prestador de Serviços de Tecnologia da Informação;
- vi. Apoiar e prestar suporte gerencial às atividades do Compliance na condução das atividades de gerenciamento de risco operacional;
- vii. Assegurar a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os empregados e dos prestadores de serviços terceirizados relevantes.

2.3.3.5. Financeiro e Atendimento

- i. Cumprir as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco operacional;
- ii. Identificar e reportar o registro de ocorrências e eventos de risco e de perda operacional dos associados às atividades sob sua responsabilidade e reporte para ciência e tomada de providências da Diretoria Executiva / Compliance, quando aplicáveis;
- iii. Avaliar os Riscos e Controles associados às atividades sob sua responsabilidade e reportar os resultados para aprovação da Diretoria Executiva e ciência de Compliance;

-
- iv. Identificar previamente os riscos inerentes a modificações relevantes em produtos e serviços existentes, bem como a novos produtos e serviços, se houver.

2.3.3.6. Compliance (atividade exercida pela gerência)

- i. Documentar as políticas, estratégias, rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos conforme diretrizes da Diretoria Executiva;
- ii. Apoiar aos Diretores pelas atividades de negócios, suporte e controles na atualização, revisão e avaliação dos indicadores a serem realizadas em periodicidade mínima mensal;
- iii. Avaliar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da **COOPERBOMBRIL** mediante acompanhamento quanto ao cumprimento de compromissos regulatórios;
- iv. Apoiar e dar suporte a Diretoria Executiva responsável por Gerenciamento de Riscos na elaboração de relatórios gerenciais periódicos versando sobre o desempenho da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

2.3.3.7. Auditorias (Cooperativa e Interna)

- i. Emitir relatórios conclusivos e as recomendações para execução das correções necessárias - que permitam à Diretoria Executiva o conhecimento e tomada de ações para adequação dos riscos operacionais servindo como parâmetros de controles, sendo necessário adoção de procedimentos para regularização e adequação dos processos.

2.3.3.8. Ouvidoria e Canal de Denúncias - Serviço prestado pela FNCC

Responsável pelo recebimento de manifestações por intermédio de seus associados ou terceiros em que são tratadas as justificativas e ações para tomada de providências, abrangendo:

- i. Ciência sobre as ocorrências, assim que forem recebidas pela área responsável;
- ii. Apuração daquelas que diretamente envolvam o risco operacional, dando as devidas providências para apuração e regularização das causas de tais ocorrências.

2.3.4. Definição

Define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

À essa definição inclui-se o risco legal associado:

- i. à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela **COOPERBOMBRIL**;

-
- ii. às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais;
 - iii. às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela **COOPERBOMBRIL**.

2.3.5. Gerenciamento de Risco Operacional

Desta forma faz-se necessário a adoção da estrutura de gerenciamento do risco operacional, sempre considerando o porte e complexidade de operações da **COOPERBOMBRIL**, que deve prever:

- i. identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- ii. documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- iii. elaboração de relatórios gerenciais que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- iv. elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da **COOPERBOMBRIL**, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- v. implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação;
- vi. apresentação periódica para os membros da Diretoria Executiva do relatório com o resultado dos indicadores de desempenho conduzida pelo Diretor responsável pela área de gerenciamento de riscos;
- vii. definição de critérios de decisão quanto à terceirização de serviços e de seleção de seus prestadores;
- viii. avaliação, gerenciamento e monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da **COOPERBOMBRIL**;
- ix. assegurar de integridade, segurança e disponibilidade dos dados da infraestrutura de TI que assegure o gerenciamento de riscos; e
- x. manutenção de política de continuidade de negócios adequada ao porte e complexidade da **COOPERBOMBRIL** contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional.

2.3.6. Tipos de Riscos Operacionais

Os tipos de riscos existentes que requerem atenção na avaliação do risco são:

Tipos	Exemplos
a) fraudes internas - risco de perda por atos realizados com a intenção de fraudar, de subtrair propriedade alheia ou de infringir regras, leis ou políticas internas, envolvendo pelo menos um funcionário da cooperativa.	Extrapolação de alçadas, conflito de interesses, acesso não autorizado a informações e recursos tecnológicos, divulgação indevida ou não autorizada de informações da cooperativa, apropriação indébita de ativos. Furtos gerais ou até mesmo de ativo imobilizado; Fraudes contábeis. Débitos em razão contábil sem a devida contrapartida ou justificativa; Conluio entre funcionários e cooperados.
b) fraudes externas - risco de perda por atos realizados por pessoas que não pertencem à organização com a intenção de fraudar, de apropriar-se indevidamente de propriedade alheia ou de infringir leis.	Estelionato, roubo, assalto, falsidade ideológica, acessos por hackers;
c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho - risco de perda por práticas incompatíveis com leis/acordos versando sobre as relações trabalhistas, a saúde e a segurança no ambiente de trabalho, de pagamentos de reclamações por danos pessoais.	Eventos que envolvem qualquer tipo de discriminação, incapacitação do empregado e falta de definição de responsabilidades e atribuições. Compensações pecuniárias, benefícios e desligamentos, greves, apontamento e controle inadequado de férias, horas extras, atrasos, faltas, registro de ponto, eventos envolvendo a saúde dos empregados e as regras de segurança, assédio sexual, assédio moral dentre outros;
d) práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços - risco de perda por falhas não intencionais ou por negligência no cumprimento de uma obrigação profissional para clientes	Descumprimento pela instituição de obrigações contratuais e/ou legais. Invasão de privacidade, abuso de confiança, atitudes desonestas ou desleais, violação de direitos de

específicos (incluindo exigências fiduciárias e de conformidade), ou da natureza/desenho de um produto.	terceiro, avaliação inadequada de clientes, contestação sobre a performance de operações sugeridas;
e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição - risco de perda ou danos em ativos físicos em virtude de desastre natural ou outros eventos de grande relevância, perdas humanas causadas por fontes externas.	Sequestro, terrorismo, vandalismo, guerra, inundação, incêndio etc.
f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição - risco de perdas associadas à interrupção de atividades ou falhas/ineficiência da infraestrutura tecnológica.	Indisponibilidade de dados por interrupção da comunicação, energia elétrica ou falta de plano de backup. Interrupção de serviços em função de contaminação por vírus eletrônico, obsolescência ou sobrecarga de equipamentos/software ou de comunicações;
g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI) - risco de perda por problemas no processamento e gerenciamento de processos.	Perdas ou inconsistência de dados em transferências entre sistemas (interfaces), erros na implementação de produtos/regras de negócio em sistemas;
h) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição - risco de perda por problemas nas relações com parceiros comerciais, vendedores e fornecedores.	Inexistência de garantias formais notas promissórias/contratos devidamente preenchidos, assinados e conferidos), documentos legais incompletos ou ausentes, quebra de responsabilidades, erros no processamento de operações ou na gestão de processos, assim como de relações com parceiros comerciais e provedores.

2.3.7. Registro das Perdas

Foi desenvolvido o formulário “*Registro de Perdas*” conforme **ANEXO I** para que possam ser registradas as ocorrências de perdas, tipo de evento e montantes na **COOPERBOMBRIL** e as ações que deverão ser tomadas para regularização do fato e medidas para que não mais ocorram.

É importante relatar o fato com o detalhamento necessário para contribuir na emissão do parecer com as ações para regularização. Apresentar o formulário ao diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos.

Ao final do período deverão ser informados à Diretoria Executiva os valores/ocorrências de perdas que foram registradas.

2.3.8. Indicadores de Risco

Os indicadores de risco foram desenvolvidos conforme o porte e complexidade das operações da **COOPERBOMBRIL** e buscam fornecer informações gerenciais quantitativas e qualitativas, que resultem no atendimento à execução do planejamento estratégico e a tomada de decisão além do aperfeiçoamento das práticas de gestão, aliadas às exigências do Banco Central do Brasil, especificamente no tocante à resolução CMN nº 4.606/17.

2.3.9. Monitoramento

Destaca-se a necessidade de desenvolvimento de funções internas que permitam à **COOPERBOMBRIL** o monitoramento dos riscos aos quais está submetida, a partir de prévia definição dos níveis de exposição considerados aceitáveis. Mostram-se importantes também as atividades voltadas para a determinação e divulgação de responsabilidades e objetivos, individual ou departamental, bem como focadas no zelo pela conformidade com normas, leis e padrões, e/ou procedimentos internos ou externos. Tudo isso com o propósito de se mitigar as diversas vulnerabilidades às quais as instituições financeiras estão sujeitas.

2.3.10. Indicadores Básicos

Como forma a mitigar os riscos e propiciar um acompanhamento dos indicadores econômicos da **COOPERBOMBRIL** considerando a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de risco foram definidos os tópicos indicados no **ANEXO II – Indicadores de Risco**.

Os indicadores acima são básicos, no entanto a **COOPERBOMBRIL** poderá utilizar outras ferramentas de entidade a que esteja filiada, Ocesp - Organização das cooperativas do Estado de São Paulo ou até consultorias especializadas em cooperativas de crédito, desde que o Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos receba os dados que permitam esse acompanhamento e compartilhe o resultado na reunião da Diretoria Executiva com o respectivo registro em ata.

2.3.11. Considerações Finais

Fica estabelecido o comprometimento da Diretoria Executiva e colaboradores da **COOPERBOMBRIL** na implementação de uma estrutura eficiente e eficaz de controles internos, com ênfase em gerenciamento de riscos. Ou seja, à parte dos controles internos já existentes, devem ser desenvolvidos novos controles e/ou melhorados os controles existentes visando minimizar os riscos operacionais, sempre se levando em conta o porte e complexidade das operações da **COOPERBOMBRIL**.

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional será aprovada e revisada a cada 02 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo 1. Estrutura, item: 1.1 – **ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro

2.3.12. ANEXO I – Formulário Registro de Perdas

Referente ao Mês: _____

Foi (ram) identificado(s) o(s) seguinte(s) evento(s) ocorrido(s) no mês referente a Perdas Operacionais:

Ordem	Data	Tipo de Evento	Vr da Perda Incorrida: R\$	Rubrica contabilizada:
1				

Indicar o ocorrido de forma a identificar o fato, o motivo, a justificativa e ações para que não ocorra novamente

Ordem 1:

(repetir o quadro conforme a quantidade de ocorrências)

Legenda do Tipo de Evento ('conforme tabela no item 7.3.4.– Tipos de Riscos Operacionais - Política de Gerenciamento de Risco Operacional)

1)	Fraudes internas;
2)	Fraudes externas;
3)	Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
4)	Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
5)	Danos a ativos físicos próprio ou em uso pela instituição;
6)	Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
7)	Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
8)	Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição.

Data Registro:

Parecer do Gerente	Diretor responsável pelo Risco

Data do Parecer;

2.3.13. ANEXO II – Detalhamento Indicadores de Risco

Área avaliada	Fórmula	Descrição do indicador	Resultado Esperado
CRÉDITO			
Maior devedor x PR	Saldo do maior devedor / (1.6.1.00.00-4 Empréstimos e Títulos Descontados + 1.6.2.00.00-7 Financiamentos)	Analisa o risco de concentração individual da carteira de crédito.	< 10% ou < 15% desde que aprovado pela Diretoria Executiva
Dez maiores Devedores x Carteira de Crédito	saldo dos 10 maiores devedores / (1.6.1.00.00-4 Empréstimos e Títulos Descontados + 1.6.2.00.00-7 Financiamentos)	Analisa o risco de concentração da carteira de crédito.	< 30%
Provisão de Risco x Carteira de Crédito	(1.6.9.00.00-8 Provisão para Operações de Crédito + 1.8.9.00.00-6 Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) / (1.6.1.00.00-4 Empréstimos e Títulos Descontados + 1.6.2.00.00-7 Financiamentos + 1.8.8.80-10-2 Títulos e Créditos a Receber com característica de crédito)	Analisa o percentual de perda possível da carteira de empréstimos.	< 7,5%
Inadimplência 90 dias	(3.1.6.10.20.001 Vencidas E + 3.1.7.10.20.001 Vencidas F + 3.1.7.8.10.20.001 Vencidas G + 3.1.7.9.10.20.001 Vencidas H / 3.1.0.00.00-0 - Classificação da Carteira de Crédito)	Analisa a evolução da inadimplência acima de 90 dias de atraso.	< 5%

Composição níveis de risco "A" e "B" x carteira de empréstimos	(3.1.2.10.00.01 Nível A + 3.1.3.10.00.01 Nível B / 3.1.0.00.00-0 - Classificação da Carteira de Crédito)	Compara a posição da carteira por níveis de risco.	> 90% níveis "A" e "B"
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral, incluindo o capital	1.0.0.00.00-7 Circulante e Realizável a Longo Prazo) / (4.0.0.00.00-8 Circulante e Exigível a Longo Prazo - 4.9.3.20.00-2 Fates + 6.1.1.00.00-4 Capital Social)	Analisa a disponibilidade geral dos recursos visando garantir o volume de retirada.	>110%
Liquidez Corrente x Obrigações Terceiros	(1.1.0.00.00-9 Disponibilidades + 1.2.0.00.00-4 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez + 1.3.0.00.00-4 Títulos e Valores Mobiliários + 1.4.5.00.00-8 + (1.6.0.00.00-1 Operações de Crédito x 10%) - (4.1.0.00.00-7 Depósitos x 10%)) / (4.6.0.00.00-2 Obrigações por Empréstimos e Repasses + 4.9.0.00.00-9 Outras Obrigações – 4.9.3.20.00-2 Fates)	Analisa a disponibilidade de recursos para pagamento a terceiros.	>115%
DESEMPENHO			
Despesas Administrativas x Ativo Total	{ [(8.1.7.00.00-6 Despesas Administrativas - 8.1.7.69.00-9 Despesas Tributárias) / meses do período] x 12 } / (1.0.0.00.00-7 Circulante e Realizável a Longo Prazo + 2.0.0.00.00-4 Permanente)	Analisa o custo de administração em relação aos ativos.	<9%

Retorno sobre o PL	$\left[\frac{(7.0.0.00.00-9 \text{ Contas de Resultado Credoras} - 8.0.0.00.00-6 \text{ Contas de Resultado Devedoras} + 8.1.9.55.00 \text{ juros sobre o capital})}{\text{meses do período}} \times 12 \right] / 6.0.0.00.00-2$	Analisa o retorno financeiro sobre os recursos dos cooperados.	>6%
Eficiência Operacional	$\left\{ \left[\frac{(8.1.7.00.00-6 \text{ Despesas Administrativas} - 8.1.7.69.00-9 \text{ Despesas Tributárias} - 7.1.7.00.00-9 \text{ Rendas de Serviços} - 7.1.9.30.00-6 \text{ Recuperação de Encargos e Despesas})}{\text{meses do período}} \right] \times 12 \right\} / \left[\frac{(7.1.1.00.00-1 \text{ Receitas de Operações de Crédito} + 7.1.4.00.00 \text{ Rendas de Aplicações Financeiras de Inter liquidez} + 7.1.5.00.00 \text{ Rendas de títulos de renda fixa} + 7.1.9.86 \text{ Ingressos de Depósitos Intercooperativos} - 8.1.1.00.00 \text{ despesas de depósito à prazo} - 8.1.9.86.00 \text{ Dispêndios de Depósitos Intercooperativos} - 8.1.2.00.00 \text{ despesas de repasse})}{\text{meses do período}} \right] \times 12 \right\}$	Analisa a eficiência operacional, confrontando despesas administrativas às receitas operacionais líquidas.	<55%
INDICADORES LEGAIS			
Recursos em bancos comerciais x PR	$\frac{(1.1.2.00.00-2 \text{ Depósitos Bancários} + 1.2.0.00.00-4 \text{ Aplicações Interfinanceiras de Liquidez} + 1.3.0.00.00-4 \text{ Títulos e Valores Mobiliários} - 1.3.1.10.25-5 \text{ Certificado de Depósito Bancário (RDC na central)} - 1.3.1.20.40-3 \text{ Cotas de Fundo de Renda Variável} / \text{PR (conta 1100 do DLO)})}{\text{PR}}$	Analisa a pulverização dos recursos aplicados no mercado.	<15%

2. Gerenciamento de Riscos
2.3. Política de Gerenciamento de Risco Operacional

Índice da Basileia	[Patrimônio de Referência (conta 1100, do DLO) / Patrimônio de Referência Exigido (conta 2000, do DLO) * 13]	Analisa a adequação de capital próprio frente aos riscos dos ativos.	>17%
Imobilização	(saldo da conta 1960 do DLO / saldo da conta 2000 do DLO) -0,5) *-1	Analisa o grau de imobilização da instituição em relação ao Patrimônio de Referência.	<50%
Maior Capital e diversificação	(saldo do maior capital x 6.0.0.00.00-2 – Capital Social)	Analisa o grau de diversificação do capital dos associados da instituição em relação montante da rubrica capital.	< 30%